

**Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas
Controladas e Fundos de Investimento em Direitos
Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos
Controladores**

Demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial	18
Balancos patrimoniais	19
Demonstrações de resultados	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado	21
Demonstrações dos fluxos de caixa	22
Demonstrações do valor adicionado	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial	24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressaltados de forma diferente, são demonstrados em base consolidada abrangendo suas empresas controladas e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em moeda nacional (Reais – R\$). As demonstrações financeiras apresentadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e refletem a estrutura societária do BICBANCO para o respectivo período.

Aquisição de 72% do capital total do BICBANCO pelo China Construction Bank - CCB

Em 29 de agosto, a CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda. (“CCB Holding”) adquiriu o controle acionário do BICBANCO, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações entre o China Construction Bank Corporation (“CCB”) e os antigos acionistas controladores do Banco, celebrado em 31 de outubro de 2013.

Ao longo de 2014, condições precedentes e aprovações junto a Reguladores foram obtidas para a conclusão desta Operação. Dentre os atos relevantes que antecederam o fechamento da alienação do controle, destacam-se:

. **As aprovações necessárias.** Em 21 de julho de 2014, foi publicado Decreto Presidencial aprovando a Operação, em atenção ao disposto no artigo 84, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, e, em 22 de julho de 2014, o Banco Central do Brasil aprovou a Operação (“Aprovações Brasileiras”). As autoridades regulatórias chinesas competentes e as autoridades bancárias das Ilhas Cayman aprovaram a Operação em 2 de abril de 2014 e 24 de junho de 2014, respectivamente (“Aprovações Estrangeiras” e, em conjunto com as Aprovações Brasileiras, as “Aprovações Necessárias”). O Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE, em 9 de janeiro de 2014, posicionou-se favoravelmente a Operação.

. **A Reorganização societária.** Envolveu o Banco, seus antigos acionistas diretos Gemini Holding S.A. e BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A., e a sociedade Primus Holding S.A. Do ponto de vista econômico, tratou-se de forma neutra aos interesses das partes envolvidas, trazendo benefícios societários em vista da integração, simplificação e racionalização das estruturas societárias em uma única sociedade. A reestruturação societária, uma condição precedente da operação, foi concluída em 7 de agosto de

2014 com o arquivamento nas juntas comerciais competentes de todos os atos societários correspondentes.

. **Solicitação de Consentimento** (*Consent Solicitation*). Para os detentores de dívida sênior e credores de alguns empréstimos internacionais que possuem em seus contratos cláusula de mudança de controle (*Change of Control*), o Banco realizou e concluiu um processo de Solicitação de Consentimento.

. **Entrega do Plano de Negócios para o Banco Central do Brasil**. Em janeiro de 2014 o CCB encaminhou aos órgãos reguladores, em particular ao Banco Central do Brasil, as informações necessárias (Plano de Negócios) para a obtenção da aprovação da Operação.

Posteriormente ao fechamento da alienação do controle, novas etapas refletem a mudança do controle acionário:

. **Nova classificação do capital do Banco no Sistema Financeiro Nacional**. Em 18 de setembro, foi aprovada pela Diretoria de Organização do Sistema Financeiro do BACEN a transferência do controle societário do BICBANCO e de suas controladas para o CCB, com sede em Pequim, China. A partir desta aprovação o BICBANCO passou a ser um banco de capital estrangeiro no âmbito do Sistema Financeiro Brasileiro.

. **OPA – Oferta Pública de Ações**. Em 29 de setembro a CCB Holding submeteu à CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do BICBANCO detidas pelos acionistas minoritários, em razão da alienação de controle da Instituição.

Neste pedido, foi solicitada autorização da CVM para que a referida oferta seja unificada com a oferta pública de aquisição da totalidade das ações em circulação do Banco para: (i) cancelamento de seu registro para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários; e (ii) a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A denominado Nível 1 de governança corporativa (conjuntamente referidas como “OPA”).

O Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi contratado para atuar como instituição intermediária da OPA.

Toda documentação relacionada ao pedido de registro da OPA encaminhada a CVM, na qual contém as informações necessárias para o andamento da operação, encontra-se atualmente em análise.

A íntegra dos Fatos Relevantes relacionados à Operação e a OPA, bem como o Laudo de Avaliação, encontram-se no site da CVM: www.cvm.gov.br e no site de Relações com Investidores do BICBANCO: www.bicbanco.com.br/ri.

Processo de ajuste de preço entre vendedores e compradores do controle acionário do BICBANCO. Em 29 de outubro de 2014, a CCB Holding entregou aos antigos controladores do Banco uma notificação indicando, nos termos do Contrato de compra e venda de 72% do capital social do BICBANCO, que o preço de venda pago na data de fechamento estaria sujeito a um ajuste de redução de aproximadamente R\$ 287,766 milhões, que corresponderiam a um ajuste de redução de R\$ 1,58 por ação. Em 14 de novembro de 2014, os Vendedores contestaram tal Ajuste de Preço por meio do envio de uma notificação à Compradora. As partes estão ainda discutindo e negociando uma solução para o Ajuste de Preço. Até o fechamento desse Relatório, as partes não haviam chegado a um acordo sobre o Ajuste de Preço e a uma definição acerca das questões em discussão. A CCB Holding e a Compradora irão informar o Banco tão logo exista qualquer fato relevante relacionado à Operação. O BICBANCO manterá seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre qualquer fato relevante relacionado à oferta pública que a Companhia tiver conhecimento, de acordo com as leis aplicáveis.

Detalhes complementares do processo de ajuste de preço foram divulgados por meio de Fatos Relevantes nas datas 30/10/2014, 17/11/2014 e 15/12/2014, os quais encontram-se disponíveis no site da CVM: www.cvm.gov.br e no site de Relações com Investidores do BICBANCO: www.bicbanco.com.br/ri.

Eleição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva

Conforme AGE realizada, em 1º de setembro de 2014, foram eleitos pelo novo controlador, três novos membros para compor o Conselho de Administração, conforme segue: Sr. Wensheng Yang, para o cargo de Presidente; Sr. Tiejun Chen e a Sra. Hong Yang como Conselheiros. A posse destes três Conselheiros está condicionada à prévia homologação pelo BACEN.

O Conselho de Administração do BICBANCO passou a ser composto, por seis membros, três deles que já ocupavam seus postos: Sr. José Bezerra de Menezes como Conselheiro e Srs. Heraldo Gilberto de Oliveira e Daniel Joseph McQuoid como Conselheiros Independentes e os três Conselheiros, representantes do grupo de controle, anteriormente mencionados.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) também realizada, em 1º de setembro de 2014, houve a eleição dos seguintes novos integrantes da Diretoria Executiva do BICBANCO: Sr. Tiejun Chen para ocupar o cargo de Presidente; Sra. Xiaowei Dong e Sr. Jin Li para os cargos de Vice-Presidentes; Sr. Zhongzu Wang e Sra.

Hong Yang para os cargos de Diretores Executivos. Na RCA de 11 de dezembro de 2014, foi eleito um novo integrante: Sr. Yongdong Jiang para o cargo de Vice-Presidente. A posse destes Executivos está condicionada à prévia homologação pelo Banco Central do Brasil.

Assim a Diretoria Executiva do Banco será composta pelos seis Executivos acima mencionados e os quatro que já atuam em seus cargos: Sr. Milto Bardini como Vice-Presidente Executivo e Diretor de RI, Sr. Paulo Celso del Ciampo como Vice-Presidente Executivo e Srs. Francisco Edênio B. Nobre e Carlos José Roque como Diretores Executivos.

Ambiente Econômico

Em 2014, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 6,41%, ligeiramente abaixo do teto da meta estabelecida pela autoridade monetária, de 6,5%. No entanto, o indicador ficou meio ponto acima da variação registrada em 2013, quando o índice marcou 5,91%. A taxa básica de juros (Selic) encerrou 2014 em 11,75%. Na reunião realizada em 21 de janeiro de 2015, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou-a para 12,25%.

Após apresentar volatilidade ao longo do ano 2014, a taxa de câmbio encerrou dezembro/14 cotada a R\$ 2,66/US\$, taxa superior a R\$ 2,34/US\$ negociada no término do ano precedente. No acumulado de doze meses encerrados em dezembro de 2014, as exportações brasileiras somaram US\$ 225,1 bilhões, retração de 7,0% na comparação com igual período de 2013. Na mesma direção, as importações diminuíram 4,4%, totalizando US\$ 229,0 bilhões. Apesar de uma menor entrada de bens importados, o ritmo de retração das compras não compensou diminuição das vendas ao exterior, como consequência, a balança comercial registrou um déficit de US\$ 3,9 bilhões, o maior desde 1998. Tal redução foi influenciada, principalmente, pela retração de preços de importantes commodities exportadas pelo País devido à lenta recuperação da atividade econômica no mundo o que reduziu a demanda desses produtos; complementado pelo déficit na conta do petróleo e derivados.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,0 trilhões em dezembro de 2014, o que representa crescimento de 11,3% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 58,9%.

Ativos

Ativos totais

Os ativos totais registraram R\$ 15.551,4 milhões no término de 2014, ligeiro crescimento de 0,3% na comparação com 2013.

Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito totalizaram R\$ 9.774,9 milhões. A carteira de crédito expandida, que agrega as operações de avais e fianças somou R\$ 12.247,1 milhões.

Em 2014, as provisões para créditos de liquidação duvidosa totalizaram R\$ 1.184,9 milhões. As provisões superaram em 260,0% o montante de R\$ 455,7 milhões relativos às parcelas vencidas há mais de 14 dias.

O crédito corporativo, principal negócio do Banco, representou 87,9% das operações de crédito enquanto o crédito a pessoas físicas e consignado correspondeu a 12,1%, originados substancialmente pelas operações da empresa subsidiária Sul Financeira.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 3.632,7 milhões em 2014, expansão de 155,9% em doze meses.

O conjunto das aplicações financeiras de alta liquidez que compõe o caixa livre do Banco somou R\$ 1.855,2 milhões no encerramento do exercício de 2014. O montante dos ativos disponíveis apresenta-se amplamente favorável com base no fluxo de vencimentos das operações ativas e passivas.

Passivos

Captação Total

O montante de recursos captados alcançou R\$ 11.733,2 milhões em 2014, recuo de 6,6% nos últimos 12 meses, alinhado aos novos volumes operacionais do Banco.

Depósitos a prazo e Recursos de Letras Emitidas

Em 2014, os depósitos a prazo totalizaram R\$ 6.038,2 milhões, recuo de 3,6% em relação ao ano anterior. Do total de depósitos a prazo, R\$ 3.057,4 milhões estavam vinculados ao “Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito” - DPGE, conforme Resolução CMN nº 3.692/09.

Em 31 de dezembro de 2014, a composição dos depósitos a prazo por tipo de depositante apresentava-se: pessoas jurídicas 57,6%, investidores institucionais 38,2%, pessoas físicas 3,7%, e instituições financeiras 0,5%.

O Banco diversifica seu mix de produtos financeiros por meio de recursos de letras emitidas como as LCAs, LFs e LCIs. O conjunto desses recursos alcançou R\$ 746,3 milhões no encerramento dos doze meses de 2014, correspondente a 6,4% da captação total.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Líquido era de R\$ 1.219,4 milhões. O Índice de Basileia III registrou 13,63% em dezembro de 2014, o requerimento mínimo de patrimônio de referência no Brasil é de 11%.

Riscos

A estrutura de Governança Corporativa está alinhada aos objetivos estratégicos da organização e compreende o Conselho de Administração e as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços e gestão de riscos. O Conselho de Administração define e formaliza o apetite a riscos, subsidiado pelos órgãos de gestão e é controlado por diversos limites de riscos, dentro da visão estratégica do Conglomerado. O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, a Instituição está disposta a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos.

Este apetite é influenciado por diversos fatores, dentre eles, os indicadores de solvência, os índices de liquidez, o controle de concentração de portfólios e a definição dos tipos de riscos não aceitos na condução dos negócios.

O gerenciamento de riscos é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos, que tem por finalidade o melhor desempenho e a proteção das partes interessadas, contribuindo para sua sustentabilidade.

A gestão do BICBANCO adota os princípios de Basileia na medida em que reconhece e respalda as práticas mais avançadas da indústria bancária para as quais foram

desenvolvidas ferramentas e técnicas, dentre as quais destacam-se os modelos internos de rating, a gestão de capital por avaliação de cenários, análise de VaR como elemento de controle e limites e testes de estresse.

Por outro lado, conta a Instituição com medidas transversais destinadas a limitar a excessiva concentração do perfil de riscos, na perspectiva dos clientes, negócios, produtos e disposição geográfica. Enfatiza as operações e os relacionamentos que asseguram a qualidade dos serviços, da carteira e a gestão de um adequado balanço entre o risco e o retorno.

O Banco conta com instrumento de avaliação de carteiras que torna possível medir a rentabilidade das operações em função do capital econômico que consomem e do valor da perda esperada para a carteira de crédito, além de propiciar o apreçamento de operações em função do risco. Testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em cenários que a área de risco julgue prováveis, para um intervalo de confiança de até 99,9%.

A descrição da estrutura de gerenciamento dos diferentes riscos está disponibilizada no site de Relações com Investidores (<http://www.bicbanco.com.br/ri>).

Risco de Mercado

A gestão de riscos de mercado efetua o controle dos riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras e é essencial para aperfeiçoar o uso do capital e priorizar os negócios que oferecem a melhor relação de risco e retorno.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente e para efeito de classificação quanto à intenção de negociação, as carteiras são divididas em duas categorias. As operações com intenção de negociação e destinadas à revenda, obtenção de benefício de movimentos de preços e realização de arbitragem (Trading Book) são segregadas das estruturais, destinadas a gestão ativa da carteira (Banking Book), no momento de sua realização.

O controle das posições do banco pelo seu valor de mercado visa fornecer uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco. Diariamente, os limites preestabelecidos pelo Comitê de Tesouraria são comparados aos valores das carteiras marcadas a mercado (MtM) e ao Value at Risk (VaR) e o VaR em cenários de estresse.

Durante o ano, os níveis médios de risco de mercado mantiveram-se reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 31 de dezembro de 2014, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 529,2 mil e o VaR Global (*Trading e Banking*) – R\$

64,5 milhões. Comparativamente, em 31 de dezembro de 2013, o VaR para a posição de trading atingiu R\$ 590,2 mil e o VaR Global – R\$ 66,4 milhões.

Exposição Cambial

O Banco acompanha a composição dos ativos e passivos, detalhados por indexador, com o intuito de gerenciar as exposições e analisar os impactos possíveis em diversos cenários. A estratégia de gestão do risco cambial é a de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor das moedas. Para essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição cambial, para efeito do requerimento de capital atendendo a Circular BACEN 3.389 de 25 de junho de 2008, e Circular BACEN 3.662 de 11 de julho de 2013, somava R\$ 8,1 milhões representando redução ante a exposição de R\$ 57,5 milhões de dezembro de 2013.

Risco de Liquidez

Com o objetivo de controlar a ocorrência de eventuais desequilíbrios entre o fluxo dos ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, o Banco dispõe de um conjunto de controles e limites técnicos. O Fluxo de caixa é avaliado diariamente e são definidas ações táticas para sua manutenção.

Pela sua importância, os limites de liquidez e os modelos de estresse são permanentemente avaliados, bem como as decisões estratégicas e a política de contingência para um horizonte de tempo de no mínimo 3 anos.

Os indicadores definidos para o cenário de estresse de mercado e institucional permitem simular o comportamento do caixa e antecipar ações. A política de caixa mínimo vigente considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia. A simulação do fluxo de caixa em condições severas de estresse revela resultados que superaram amplamente os limites mínimos de liquidez de curto prazo definidos nas políticas.

Risco de crédito

O Banco prioriza manter uma carteira de riscos bastante diversificada em relação à sua exposição a grandes riscos, a mercados e setores e a produtos. A gestão do risco de crédito permite um controle integrado com diversas visões da carteira, incluídas as linhas utilizadas e não utilizadas, derivativos e operações que não constam do balanço.

Os limites são aprovados em comitês, com utilização de modelos de rating. Os controles são centralizados e em tempo real, o que confere perfeita sintonia com os limites estabelecidos e com a qualidade das garantias.

O risco de crédito decorre principalmente de operações de empréstimo, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos além de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo e prestação de garantias. O Banco considera o impacto social e ambiental adverso das atividades dos clientes que decorrem de eventual paralisação ou limitação de atividades que podem refletir em elevação de riscos associados à capacidade de pagamento, ao cumprimento de obrigações, à performance e demais riscos de crédito.

Além da classificação de rating de crédito, todos os clientes são qualificados em ratings socioambientais. Em 31 de dezembro de 2014, cerca de 85% dos clientes possuíam riscos socioambientais médios e baixos.

Risco Operacional

O BICBANCO aloca capital para risco operacional atendendo a legislação e adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do art.1º da Circular nº. 3.383, de 30 de abril de 2008 e complementa a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos, utilizando-se de sistema que permite o cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (VaR no intervalo de confiança 99,9%).

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa a redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

Governança Corporativa

O BICBANCO possui uma estrutura de Comitês que agrega as áreas técnicas e decisórias, possibilita troca de experiências e permite a elaboração de soluções consistentes para o desenvolvimento de um ambiente que possibilite a sustentabilidade dos negócios, preservação de imagem e administração de riscos. Por intermédio de manifestação de comitês sobre as principais decisões, especialmente em ambiente de alta volatilidade, de elevação de inadimplência e riscos de liquidez do fluxo de caixa, há o alinhamento à estratégia de negócios e ao apetite ao risco.

Esta estrutura é composta por 15 comitês especializados, com funções específicas e técnicas, amparados pelo Comitê de Governança Corporativa, responsável por auxiliar na implantação de iniciativas e aprovar questões ligadas a mudanças de padrões, processos e produtos que venham a afetar o direcionamento estratégico, inclusive no que concerne a avaliar e deliberar as recomendações de sanções encaminhadas pelo Comitê Azul (Comitê de Sustentabilidade).

Dando ainda maior ênfase ao pilar de supervisão, o Comitê de Auditoria realiza periodicamente a revisão dos principais relatórios e se reúne com os gestores, obtendo uma visão abrangente dos principais riscos e controles com o intuito de subsidiar o Conselho de Administração em questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças, visando proporcionar maior transparência às informações e assegurar a prestação de contas dos administradores.

Reconhecimento

Pelo 5º ano consecutivo o BICBANCO foi selecionado para compor a carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, que vigorará até o final de 2015. Desde a criação do Índice em 2005, o Banco é a única instituição financeira de médio porte a constar neste Índice.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimento

O Banco encerrou ano de 2014 com 771 funcionários, quadro de colaboradores 2,1% maior na comparação com 2013. Com seus 37 pontos de atendimento, o Banco manteve sua presença e dispersão regional da franquia nas principais capitais e cidades do País no decorrer dos doze meses.

Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Instrução CVM 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Circular 3.068/01 BACEN

O BICBANCO declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 153,7 milhões, o que representa 4,2% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 12 de março de 2015).

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas e o Release de Resultados apresentam mais detalhes sobre o resultado do exercício de 2014, e estão disponíveis no site do BICBANCO – www.bicbanco.com.br/ri.

Ratings

Após a transferência do controle acionário do BICBANCO para o China Construction Bank, as agências Moody's, S&P e Fitch conferiram *upgrade* aos ratings do Banco. A Moody's e a S&P atribuíram grau de investimento. A Fitch Ratings elevou as notas do Banco nas Escalas Domésticas.

	Rating/Índice	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Baa3 P-3 Aa1.br BR-1 Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira e moeda local <ul style="list-style-type: none"> - Longo prazo - Curto prazo • Depósitos na Escala Nacional <ul style="list-style-type: none"> - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	01/12/14
Standard & Poor's	BBB- A-3 brAAA Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Global em moeda estrangeira e moeda local – rating de contraparte <ul style="list-style-type: none"> - Longo prazo - Curto prazo • Escala Nacional • Perspectiva 	01/10/14
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+ (bra) Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Nacional <ul style="list-style-type: none"> - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	12/02/15
Austin Rating	brAA- Observação positiva	<ul style="list-style-type: none"> • Escala nacional de longo prazo • Perspectiva 	11/04/14
LF Rating	AA- Neutra	<ul style="list-style-type: none"> • Moeda nacional • Perspectiva 	19/12/14
Management & Excellence	AA	<ul style="list-style-type: none"> • Rating de Sustentabilidade 	Jul/14



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Industrial e Comercial S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam:

- (a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- (b) Por ser a primeira apresentação anual das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

**Transferência do controle acionário**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a partir da transferência do controle acionário do Banco, ocorrida em 29 de agosto de 2014, suas operações passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador e inclui a consistência das políticas internas, práticas operacionais, estimativas contábeis, entre outros, com o objetivo de adequá-las ao novo plano de negócios. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 17 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de Reais

		BICBANCO PRUDENCIAL	
		Nota	2014
Ativo			
Circulante			9.795.299
Disponibilidades	4a.		175.098
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			177.404
Aplicações no mercado aberto	4b.		22.843
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.		115.360
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.		39.201
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos			2.848.999
Carteira própria	5b.		925.472
Vinculados a operações compromissadas	5b.		1.543.034
Vinculados a prestação de garantias	5b.		9.748
Instrumentos financeiros derivativos	6b.		370.745
Relações Interfinanceiras			98.214
Depósitos no Banco Central	7.		98.214
Operações de Crédito			5.010.409
Operações de crédito	8.		5.544.414
Setor público			130.945
Setor privado			5.413.469
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.		(534.005)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.		(17.133)
Arrendamentos a receber - setor privado			127.349
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber			(123.359)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa			(21.123)
Outros Créditos			1.442.238
Avais e fianças honrados			5.166
Carteira de câmbio	10.		1.260.374
Rendas a receber			12.559
Negociação e intermediação de valores			4.598
Diversos	11.		322.054
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.		(162.513)
Outros Valores e Bens			60.070
Despesas antecipadas	12b.		60.070
Realizável a Longo Prazo			5.335.113
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			3.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.		3.142
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos			1.433.930
Carteira própria	5b.		798.552
Vinculados a operações compromissadas	5b.		211.493
Vinculados a prestação de garantias			144.357
Instrumentos financeiros derivativos	6b.		279.528
Operações de Crédito			2.087.491
Operações de crédito	8.		2.525.108
Setor público			44.599
Setor privado			2.480.509
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.		(437.617)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.		(17.481)
Arrendamentos a receber - setor privado			102.091
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber mercantil de liquidação duvidosa			(102.091)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa			(17.481)
Outros Créditos			1.522.947
Carteira de câmbio			264
Diversos	11.		1.534.864
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.		(12.181)
Outros Valores e Bens			305.084
Outros valores e bens	12a.		321.587
Despesas antecipadas	12b.		60.238
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.		(76.741)
Permanente			554.105
Investimentos			1.564
Participações em controladas - no país	15.		849
Outros investimentos			1.205
Provisão para perdas em investimentos			(490)
Imobilizado de Uso	13b.		125.749
Imóveis de uso			164.528
Outras imobilizações de uso			37.624
Depreciações acumuladas			(76.403)
Imobilizado de Arrendamento			362.853
Bens arrendados			512.729
Superveniência de depreciação			122.216
Depreciações acumuladas			(272.092)
Intangível	13c.		58.478
Ativos intangíveis			113.795
Amortização acumulada			(55.317)
Diferido	13d.		5.461
Gastos de organização e expansão			43.886
Perdas em arrendamento a amortizar			9.648
Amortização acumulada			(48.073)
Total do Ativo			15.684.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de Reais

		<u>BICBANCO PRUDENCIAL</u>
	Nota	2014
Passivo		
Circulante		10.826.207
Depósitos	17.	4.952.474
Depósitos à vista		219.540
Depósitos de poupança		12.834
Depósitos interfinanceiros		237.840
Depósitos a prazo		4.479.103
Depósitos em moedas estrangeiras		3.157
Captações no Mercado Aberto	18.	1.614.644
Carteira própria		1.614.644
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.545.266
Recursos de letras emitidas	18b.	589.935
Letras de crédito imobiliário		233.234
Letras de crédito de agronegócio		258.268
Letras financeiras		98.433
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	955.331
Relações Interfinanceiras		10.361
Recebimentos e pagamentos a liquidar		29
Correspondentes no país		10.332
Relações Interdependências		15.235
Recursos em trânsito de terceiros		15.235
Obrigações por Empréstimos	21.	1.775.301
Empréstimos no exterior		1.775.301
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	86.263
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		74.929
Ministério das Cidades		11.334
Obrigações por Repasses do Exterior	21.	266.106
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	11.811
Instrumentos financeiros derivativos		11.811
Outras Obrigações		548.746
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.233
Carteira de câmbio	10.	43.658
Sociais e estatutárias		1.354
Fiscais e previdenciárias	23.	38.021
Negociação e intermediação de valores		5.176
Divida subordinada	26.	98.385
Diversas	25.	294.923
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC		63.996
Exigível a Longo Prazo		3.612.770
Depósitos	17a.	1.723.828
Depósitos interfinanceiros		164.150
Depósitos a prazo		1.559.678
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		232.959
Recursos de letras emitidas	18b.	156.369
Letras de crédito imobiliário		48.722
Letras de crédito de agronegócio		36.968
Letras financeiras		70.679
Recursos de aceites cambiais		209
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	76.381
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	3.140
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		3.140
Obrigações por Repasses do Exterior	21.	-
Outras Obrigações		1.652.843
Fiscais e previdenciárias	23.	655.919
Divida subordinada	26.	985.586
Diversas	25.	690
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC		10.648
Resultados de Exercícios Futuros	27.	26.100
Patrimônio Líquido	28.	1.219.440
Capital Social Realizado		2.012.810
De domiciliados no país		1.831.529
De domiciliados no exterior		181.281
Ajustes de avaliação patrimonial		(11.586)
Prejuízos acumulados		(726.679)
(-) Ações em tesouraria		(55.105)
Total do Passivo		15.684.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 31 de dezembro 2014

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social

			BICBANCO PRUDENCIAL	
	Nota	2º Semestre 2014	2014	
Receitas da Intermediação Financeira		1.457.845	2.206.073	
Operações de crédito	30a.	754.083	1.523.223	
Operações de arrendamento mercantil		8.171	29.505	
Resultado de títulos e valores mobiliários	30b.	142.098	276.740	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	30c.	285.666	133.061	
Resultado de câmbio	30d.	267.629	242.156	
Resultado de aplicações compulsórias		129	258	
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		69	1.130	
Despesas da Intermediação Financeira		(2.127.117)	(2.780.718)	
Captação no mercado	30e.	(822.939)	(1.238.958)	
Empréstimos, cessões e repasses	30f.	(337.064)	(267.943)	
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(487)	(655)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	(966.627)	(1.273.162)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(669.272)	(574.645)	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(297.789)	(590.012)	
Receitas de prestação de serviços		36.377	72.458	
Rendas de tarifas bancárias		9.586	23.292	
Despesas de pessoal	30i.	(114.772)	(225.380)	
Despesas tributárias	30k.	(27.206)	(56.928)	
Resultado de participações em controladas	15.	(4)	(48)	
Outras despesas administrativas	30j.	(101.277)	(197.765)	
Outras receitas operacionais	30g.	30.639	64.109	
Outras despesas operacionais	30h.	(131.132)	(269.750)	
Resultado Operacional		(967.061)	(1.164.657)	
Resultado não operacional	30l.	(59.974)	(80.077)	
Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre o Lucro		(1.027.035)	(1.244.734)	
Imposto de renda	29c.	9.173	(1.280)	
Contribuição social	29c.	3.997	(3.421)	
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	29c.	422.094	526.716	
Participações estatutárias no lucro		-	(7.867)	
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		(591.771)	(730.586)	
Número de Ações Integralizadas (mil)	28.	252.904	252.904	
Prejuízo por Ação do Capital Social - RS		(2,34)	(2,89)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

Semestres findos em 31 de dezembro 2014

Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Aumento capital	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
						Legal	Estatutária			
Saldos em 01 de janeiro de 2014		1.464.599	-	(57.507)	2.589	76.654	490.206	(11.617)	(93.353)	1.871.571
Ajuste de exercícios anteriores - coligadas		-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Pagamento de remuneração em ações		-	-	2.402	-	-	-	-	-	2.402
Aumento de capital com reservas		510.941	-	-	-	(66.660)	(460.316)	-	16.035	-
Cisão de coligadas		37.270	-	-	(2.589)	(6.943)	(24.444)	-	72.738	76.032
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	31	-	31
Transferência para amortização prejuízo		-	-	-	-	(3.051)	(5.446)	-	8.497	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(730.586)	(730.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		2.012.810	-	(55.105)	-	-	-	(11.586)	(726.679)	1.219.440
Mutações do exercício		548.211	-	2.402	(2.589)	(76.654)	(490.206)	31	(633.326)	(652.131)
Saldos em 01 de julho de 2014		1.464.599	510.941	(55.105)	2.589	9.994	29.890	(7.525)	(216.133)	1.739.250
Ajuste de exercícios anteriores - coligadas		-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Aumento de capital com reservas		510.941	(510.941)	-	-	-	-	-	-	-
Cisão de coligadas		37.270	-	-	(2.589)	(6.943)	(24.444)	-	72.738	76.032
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(4.061)	-	(4.061)
Transferência para amortização prejuízo		-	-	-	-	(3.051)	(5.446)	-	8.497	-
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	(591.771)	(591.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		2.012.810	-	(55.105)	-	-	-	(11.586)	(726.679)	1.219.440
Mutações do semestre		548.211	(510.941)	-	(2.589)	(9.994)	(29.890)	(4.061)	(510.546)	(519.810)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 31 de dezembro de 2014 e do segundo semestre - Metodo Indireto

Em milhares de Reais

	BICBANCO PRUDENCIAL	
	2º Semestre 2014	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo Líquido	(591.771)	(730.586)
Ajustes ao Prejuízo Líquido	1.135.991	1.541.958
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	966.627	1.273.162
Depreciações e amortizações	49.921	107.769
Pagamento de remuneração em ações	-	2.402
Provisão outras	56.728	67.932
Provisão com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	37.573	44.968
Resultado de participações em controladas	4	48
Perda na venda de outros investimentos	1	1
(Ganho) na venda de imobilizado	(146)	(182)
(Ganho) na venda bens não de uso próprio	(813)	6.834
Superveniência/insuficiência	26.106	39.034
Outros	(10)	(10)
Prejuízo Líquido Ajustado	544.220	811.372
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	45.300	55.400
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.381.643)	(2.155.274)
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	(21.524)	(91.729)
Redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil	314.845	635.501
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(540.174)	(923.211)
Redução em depósitos	(672.883)	(368.546)
Aumento em captações no mercado aberto	1.523.647	1.573.543
Redução em outras obrigações	(173.213)	(196.761)
Aumento em resultado de exercícios futuros	(653)	5.904
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(1.362.078)	(653.801)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos :		
Cisão de coligadas	76.032	76.032
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(39.840)	(59.748)
Alienação de bens não de uso próprio	80.596	154.488
Alienação de investimentos	1.503	1.503
Alienação de imob. de uso e de arrendamento	10.556	45.784
Aquisição de bens não de uso próprio	(10.608)	(34.064)
Aquisição de imob. de uso e de arrendamento	(10.337)	(70.039)
Aplicação no intangível	(550)	(2.427)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	107.352	111.529
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
(Redução) aumento em recursos de emissão de títulos	160.265	(100.278)
(Redução) em obrig. p/empr. e repasses	(31.604)	(413.205)
(Redução) em dívidas subordinadas	159.820	131.517
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	288.481	(381.966)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(966.245)	(924.238)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.253.710	1.211.703
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	287.465	287.465
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(966.245)	(924.238)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores

Demonstrações do valor adicionado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de Reais

	BICBANCO PRUDENCIAL	
	2º Semestre 2014	2014
1.Receitas	498.288	926.968
1.1 Intermediação Financeira	1.457.845	2.206.073
1.2 Prestação de Serviços	45.963	95.750
1.3 Provisão p/devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)	(966.627)	(1.273.162)
1.4 Outras	(38.893)	(101.693)
2.Despesas de Intermediação Financeira	1.160.837	1.507.903
3.Insumos Adquiridos de Terceiros	168.950	272.385
3.1 Materiais, energia e outros	20.058	38.927
3.2 Serviços de terceiros	46.857	87.145
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	102.035	146.313
4.Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	(831.499)	(853.320)
5. Depreciação, amortização e exaustão	12.593	29.279
6.Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	(844.092)	(882.599)
7.Valor Adicionado Recebido em Transferência	197	388
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(4)	(48)
7.2 Outras	201	436
8.Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	(843.895)	(882.211)
9. Distribuição do Valor Adicionado	(843.895)	(882.211)
9.1 Pessoal	96.749	198.602
9.1.1 Remuneração direta	77.315	162.762
9.1.2 Benefícios	11.537	22.556
9.1.3 F.G.T.S.	7.897	13.284
9.2 Impostos, taxas e contribuições	(366.098)	(384.383)
9.2.1 Federais	(375.724)	(401.423)
9.2.2 Estaduais	666	1.199
9.2.3 Municipais	8.960	15.841
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	17.225	34.156
9.3.1 Alugueis	17.225	34.156
9.4 Remuneração de capitais próprios	(591.771)	(730.586)
9.4.3 Prejuízos retidos	(591.771)	(730.586)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29 de dezembro de 1938 e autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e câmbio.

Por meio de empresas controladas direta e indiretamente atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e possui participação de 40% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

O BICBANCO celebrou na qualidade de Interviente o Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 31.10.2013 entre o China Construction Bank Corporation (CCB) “Comprador”, e os acionistas controladores naquela data “Vendedores”, o qual tem por objetivo de aquisição de forma direta e indireta pelo CCB, das ações representativas de 72% do capital social total do BICBANCO.

Verificadas as condições precedentes, previstas contratualmente, dentre elas a conclusão de uma reorganização societária, a publicação de Decreto Presidencial e a Aprovação pelo Banco Central do Brasil em julho de 2014, a transferência do controle acionário foi concluída na data de 29.08.2014, com a aquisição pela CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding), subsidiária do CCB, das ações representativas do controle acionário do Banco Industrial e Comercial S/A - BICBANCO e suas subsidiárias.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 01/09/2014, o acionista controlador CCB Holding elegeu 3 (três) representantes para o Conselho de Administração do Banco, um deles exercerá o cargo de Presidente daquele colegiado. Na mesma data, por meio de Reunião do Conselho de Administração, foram eleitos, por orientação da CCB Holding, 5 (cinco) novos membros para Diretoria Executiva, dentre os quais um exercerá cargo de Presidente da Diretoria, 2 (dois) serão Vice Presidentes e 2 (dois) serão Diretores sem designação, em 11/12/2014 foi eleito mais 1(um) membro da Diretoria Executiva que irá exercer o cargo de Vice Presidente, ficando então a Diretoria Executiva composta por 1(um) Presidente, 5 (cinco) Vice Presidentes e 4 (quatro) Diretores sem designação. A homologação dos novos membros da Administração pelo Banco Central ocorreu em 23/03/2015, os novos membros aguardam a posse. A Governança Corporativa do BICBANCO até o presente momento é exercida pelos membros remanescentes da Administração anterior, sendo 3 (três) integrantes do Conselho de Administração e 4 (quatro) Diretores Executivos, todos plenamente na condição de administradores.

Portanto, a partir da transferência do controle acionário as operações do BICBANCO passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluem a consistência das políticas internas, práticas operacionais, estimativas contábeis, entre outros, com o objetivo de adequá-las ao seu plano de negócios.

De acordo com a regulamentação vigente, a CCB Holding em 01 de setembro de 2014 submeteu a apreciação e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do BICBANCO detidas pelos acionistas minoritários, com vistas a futuro cancelamento de seu registro de Companhia aberta.

2 Apresentação das demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO), foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados às definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

Conforme previsto no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, não estão sendo apresentadas as informações comparativas à essas demonstrações contábeis.

O Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO) elabora suas demonstrações financeiras consolidadas e estão disponíveis no seu site em Relações com Investidores (www.bicbanco.com.br).

b. Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º e 4º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do CMN, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO), incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior, as empresas controladas direta ou indiretamente, os fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC's, proporcionalmente o Empreendimento Controlado em conjunto.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

O quadro abaixo apresenta as empresas controladas direta ou indiretamente e coligada que foram consolidadas no Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO). Durante o período, em virtude da mudança de controle acionário, deixaram de ser consolidadas as empresas Bic Corretora de Câmbio e Valores S/A e Fênix Securitizadora de Crédito Ltda, e seus números estão destacados no quadro de reconciliação abaixo.

Artigo 1º da Resolução nº 4.280	%
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	100
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100

Artigo 4º da Resolução nº 4.280	%
BIC Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda.	100
BRASILFactors	40
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo	40

c. Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Dez/14
Resultado do período (múltiplo)	(734.785)
Eliminação participação da Bic Corretora de Câmbio e Valores S.A.	16.184
Resultado da Bic Corretora de Câmbio e Valores S.A.	(15.986)
Eliminação participação da Fênix Securitizadora de Crédito Ltda.	578
Resultado da Fenix Securitizadora de Crédito Ltda.	3.812
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas - 2014	(389)
Resultado do período (prudencial)	<u>(730.586)</u>

	Dez/14
Patrimônio líquido do período (múltiplo)	1.219.983
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas	(381)
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas -exercício anterior	(162)
Patrimônio líquido do período (prudencial)	<u>1.219.440</u>

3 Principais práticas contábeis

a. Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O BICBANCO revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em Real, moeda funcional e de apresentação do Consolidado Prudencial BICBANCO.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo BICBANCO e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

d. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e. Ativos circulante e realizável a longo prazo

e.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3 Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4 *Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa*

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de ratings, mantida fundamentação na Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de ratings de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de ratings, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do rating de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Res. 2682/99 do BACEN.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na Nota 9c - Composição da provisão por níveis de risco.

e.5 *Bens não de uso*

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudo de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6 *Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo*

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. *Permanente*

f.1 Os investimentos em controladas, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.

- f.2** O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 04%, móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- f.3** O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF n.ºs. 140/84 e 113/88. Consequentemente, a BIC - Arrendamento Mercantil, visando atender ao regime de competência, reconheceu no resultado do exercício de 2014 uma insuficiência de depreciação, no montante de R\$ (39.033), equivalente ao ajuste a efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 122.216 resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ (9.758). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução de 30% são:

	%
Aeronaves	10
Edificações	4
Veículos	20
Máquinas e equipamentos	10

- **Perdas em Arrendamento** - Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuados aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.
 - **Superveniência (insuficiência) de depreciação** - Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN n.º 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.
- f.4** No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.
- f.5** O ativo diferido é composto por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais incorridos até 31 de dezembro 2008 e benfeitorias em imóveis de terceiros, relativos à instalação e manutenção de agências, com amortização à taxa anual de 20% ou pelos prazos dos contratos de locação. De acordo com a Resolução n.º 3.617/08 do BACEN estes gastos não poderão mais ser diferidos e o saldo remanescente deverá ser mantido até a sua efetiva baixa.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias”, e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em “Outros Créditos - Diversos”.

h. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº. 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O BICBANCO não possui ativos contingentes de êxito provável.
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).
- **Obrigações legais:** Estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do BACEN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4 Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Disponibilidades

	Dez/14
Caixa	2.946
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (*)	172.152
Total	<u>175.098</u>

(*) Do total dos depósitos no exterior em moedas estrangeiras, o montante de R\$ 83.824 é remunerado à taxa média de 0,07% a.a.

b. Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Dez/14
Até 30 dias	22.843
Total	<u>22.843</u>

c. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Dez/14
Até 30 dias	10.301
De 31 a 90 dias	85.847
De 91 a 360 dias	19.212
Acima de 360 dias	3.142
Total	<u>118.502</u>

d. Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Dez/14
Até 30 dias	39.201
Total	39.201

5 Títulos e valores mobiliários

a. Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos para negociação	17.067	58	31.266	2.383.859	2.432.250	2.430.635	2.432.250
Carteira própria	17.067	58	10.981	870.870	898.976	897.335	898.976
Letras Financeiras Tesouro	-	-	5.864	870.842	876.706	876.716	876.706
Notas do Tesouro Nacional - B	-	58	5.117	-	5.175	5.139	5.175
Notas do Tesouro Nacional - C	-	-	-	28	28	27	28
Fundos	15.452	-	-	-	15.452	15.452	15.452
Carteira de renda variável	1.615	-	-	-	1.615	1	1.615
Vinculados a operações compromissadas	-	-	20.017	1.512.989	1.533.006	1.533.032	1.533.006
Letras Financeiras Tesouro	-	-	20.017	1.512.989	1.533.006	1.533.032	1.533.006
Vinculados a prestação de garantias	-	-	268	-	268	268	268
Letras Financeiras Tesouro	-	-	268	-	268	268	268
Títulos disponíveis para venda	-	-	46.004	1.000.702	1.046.706	1.056.592	1.046.706
Carteira própria	-	-	26.496	644.852	671.348	685.502	671.348
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	26.496	644.852	671.348	685.502	671.348
Vinculados a compromissadas	-	-	10.028	211.493	221.521	224.597	221.521
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	10.028	211.493	221.521	224.597	221.521
Vinculados a prestação de garantias	-	-	9.480	144.357	153.837	146.493	153.837
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	9.480	144.357	153.837	146.493	153.837
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	153.700	153.700	153.700	138.984
Carteira própria	-	-	-	153.700	153.700	153.700	138.984
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	-	80.031	80.031	80.031	77.112
Cotas - FIDC	-	-	-	(59.111)	(59.111)	59.111	(59.111)
Eurobonds	-	-	-	14.558	14.558	14.558	2.761
Total em Dez/2014	17.067	58	77.270	3.538.261	3.632.656	3.640.927	3.617.940

(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 154.105 sendo que o montante de R\$ 132.109 refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b5.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A. As ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos no exterior - *Eurobonds*, estão custodiados na *Centrale de Livraison de Valuers Mobilières - Luxembourg* (CEDEL). As cotas do FIDC são controladas pelos Administradores dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço.

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

c. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador

Título	Dez/14				Total
	Dólar	Selic	IPCA	Outros	
Ações	-	-	-	1.615	1.615
Fundos	15.452	-	-	59.111	74.563
Eurobonds	14.558	-	-	-	14.558
L.F.T	-	2.409.980	-	-	2.409.980
N.T.N-B	-	-	1.131.912	-	1.131.912
N.T.N-C	-	-	-	28	28
Total	30.010	2.409.980	1.131.912	60.754	3.632.656

6 Carteira de instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de crédito e arrendamento mercantil.

As operações de crédito tiveram seus valores justos calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor justo, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados e debêntures, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores justos calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na Bloomberg.

Os valores justos estimados em 31 de dezembro de 2014 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apuração: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativas de valores que o BICBANCO e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores justos, estão assim apresentados:

	Dez/14	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	3.632.656	3.617.940
Derivativos	650.273	650.273
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9.774.917	10.164.306
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	401.990	402.077
Depósitos a prazo	6.038.781	6.218.332
Derivativos	11.811	11.811
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.031.711	1.032.312
Dívidas subordinadas	1.083.971	1.217.067

b. Derivativos

b.1 Política de utilização

O BICBANCO realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras. Seu objetivo é o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade o Banco utiliza operações de hedge como uma proteção do fluxo de caixa e para mitigar a variabilidade das exposições.

Os derivativos negociados são adquiridos para duas funções básicas:

- **Trading** - como instrumento para assumir posições proprietárias e de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.
- **Hedge** - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compõem a carteira de negociação ou *Trading Book* têm seus riscos mensurados, possuem limites e estratégias próprias que englobam todas as operações destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* são bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não há posicionamento direcional que

venha a ser admitido além dos definidos pela Política. Nas operações com clientes, são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Para a carteira *Banking*, o Banco utiliza o *hedge* como uma estratégia defensiva que busca evitar o risco provocado pela variação de preços e taxas em determinadas posições assumidas ou futuras, mediante a compensação entre os resultados produzidos pelos itens objetos e os instrumentos financeiros utilizados na proteção. Ao evitar a perda, o *hedge* também anula a possibilidade de ganho, sendo seu objetivo econômico a transferência dos riscos inerentes às operações para outro agente com posição oposta.

O instrumento financeiro derivativo é amplamente utilizado para proteger as posições ativas e passivas, compromissos assumidos e transações futuras, tanto para variações provocadas por alterações nas taxas de juros, câmbio e preços como para garantir a realização de fluxos de caixa projetados.

Os derivativos desempenham função fundamental no gerenciamento e controle de riscos, na medida em que compatibilizam os riscos com maior eficácia. Os derivativos possibilitam o apreçamento dos itens objetos de negociação e a redistribuição dos principais riscos inerentes, propiciando a movimentação de capitais entre os diversos mercados e criando novas oportunidades de negócios como consequente aumento e diversificação de carteiras.

Os contratos de derivativos negociados com clientes, no Brasil, são de operações de Swap e Mercado Futuro, todas registradas na BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (BM&FBOVESPA) ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e dólar da BM&FBOVESPA são utilizados principalmente como instrumentos de *hedge* para mitigação do risco cambial e do investimento da Agência de Cayman e para trava de taxas de financiamentos oferecidos a clientes por prazos ou moedas descasados com os dos recursos utilizados para este fim. No exterior, são realizadas operações com contratos derivativos NDF (Non Deliverable Forward) com o objetivo de *hedge* das captações no exterior.

b.2 ***Proteção das Exposições Cambiais***

O BICBANCO efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de proteger o risco de variação cambial e *cupom* das operações, se resguardando das oscilações cambiais por meio da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

b.3 ***Gerenciamento de risco***

O BICBANCO opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b.4 Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2014 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR, Rentabilidade e Risco de Liquidez.

b.5 Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

b.6 Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2014

Especificamente, para o Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2014 apresentam as seguintes características:

	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Valor de referência			Total
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
			A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	34	2.935	43.112	(591.116)	(468.165)	(1.016.169)
Moeda Estrangeira	636.718	4.431	(53.002)	574.757	468.165	989.920
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	2.188	-	9.890	16.359	-	26.249
Subtotal	638.940	7.366	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	5.239	(461)	-	-	-	-
Total	644.179	6.905	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	4.973	313	16.428	34.823	-	51.251
Venda de Termo/NDF	1.121	4.593	(60.912)	(1.653)	-	(62.565)
Subtotal	6.094	4.906	-	-	-	-
Total	650.273	11.811	-	-	-	-
Contratos Futuros:						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	3.495	3.495
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(179.224)	(415.901)	(2.540.767)	(3.135.892)
Compra IND	-	-	3.028	-	-	3.028
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	33.174	56.578	-	89.752
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	-	(28.817)	-	(28.817)
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(197.071)	-	-	(197.071)

As operações de “swap” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	Dez/14	
		Valor contábil	Valor justo
N.T.N-B	15/08/2014	-	-
L.F.T.	07/09/2014	-	-
N.T.N-B	15/08/2016	132.109	132.109
Total		132.109	132.109

b.7 Sensibilidade - Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos

A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- (i) Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;
- (iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do BICBANCO e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Resumo das premissas para cada um dos cenários

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 *basis points* significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

- **Cenário 01:** Situação provável, que reflete a percepção do BICBANCO em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP, etc.).
- **Cenário 02:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.
- **Cenário 03:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2014

Carteira Trading - Premissas para fatores de Risco

	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	acréscimo de 10%	aumento de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	acréscimo de 25%	aumento de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	acréscimo de 50%	aumento de 50%

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, e o câmbio sofre grandes oscilações.

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre queda, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking - Premissas para fatores de Risco

	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Bolsa BM&F BOVESPA	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	deslocamento paralelo de (-) 1.000 basis points	redução de 10%	queda de 10%	alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	deslocamento paralelo de (-)2.500 basis points	redução de 25%	queda de 25%	alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	deslocamento paralelo de (-)5.000 basis points	redução de 50%	queda de 50%	alta de 50%

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras (*Trading e Banking*).

Carteira Trading - Resultados para os Fatores de Risco - R\$ mil

Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
Pré-fixado	(891)	(2.428)	(4.710)
Ações e Índices	(302)	(756)	(1.513)
Inflação	-	-	(1)
Perda Total	(1.193)	(3.184)	(6.224)

Carteira Banking - Resultados para os Fatores de Risco - R\$ mil

Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
US\$ e Cupom de US\$	(30.907)	(78.567)	(161.177)
Taxa Prefixada em Reais	(27.041)	(64.130)	(117.954)
Ações e índices	(160)	(402)	(804)
Inflação	(4.418)	(11.151)	(22.659)
Perda Total	(62.526)	(154.250)	(302.594)

São fatores de riscos:

- **Cupom de US\$** - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- **Taxa pré-fixada em Reais** - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.
- **Ações e Índices** - Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- **Inflação** - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 95%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira *Banking*, em sua grande maioria, segue a curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira *Trading* que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como por exemplo com aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (*held to maturity*), o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

7 Relações interfinanceiras - depósitos no BACEN

	Dez/14
Compulsório sobre depósito à vista	90.016
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	7.698
Direcionamento de micro finanças	500
Total	<u>98.214</u>

(*) O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 30g.

8 Operações de crédito

a. Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Dez/14
Capital de giro e descontos (*)	4.588.339
Contas garantidas	422.214
Crédito pessoal consignado (*)	803.771
Comprar	7.653
Cheque empresarial	24.163
Financiamentos à importação	642.684
Financiamentos à exportação	514.576
Financiamentos rurais e agroindustriais	116.977
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.020
Financiamento de máquinas e veículos pesados	79.075
Resolução nº 2.770 - repasses	8.281
Crédito a pessoas físicas (*)	383.769
Outros	476.000
Operações de crédito	<u>8.069.522</u>
Fiança honrada	5.166
Devedores por compra de valores e bens	156.478
Títulos e créditos a receber	227.594
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (***)	1.066.045
Outros créditos	<u>1.455.283</u>
Operações de arrendamento mercantil	250.112
Total	<u>9.774.917</u>

(*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Outras Obrigações - Carteira de câmbio”, acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Outros Créditos - Carteira de câmbio”. Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como “Outros créditos”.

b. Diversificação por setor de atividade

	Dez/14
Setor Público	175.544
Estadual	173.140
Municipal	2.404
Setor Privado	8.350.171
Agronegócio	277.052
Indústria	3.985.176
- Construção civil - empreiteiras	771.069
- Usina de açúcar e álcool	621.412
- Incorporadoras	450.221
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	154.486
- Abate de animais e indústrias de carne	129.375
- Indústria química e petroquímica	204.321
- Produção metalúrgica e mecânica	209.156
- Produção de eletroeletrônicos	62.051
- Produção de papel e celulose	239.135
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	141.761
- Indústria de bebidas em geral	127.042
- Indústria de materiais para construção	99.703
- Produção de canos e artefatos de ferro	117.348
- Produção de veículos, carrocerias e outros	108.488
- Produção de embalagens plásticas	66.597
- Produção de fios e tecidos	56.936
- Produção de calçados e artigos couro	96.199
- Indústria de fumo	24.954
- Extração vegetal e mineral	47.044
- Serviços de artes gráficas	21.183
- Indústria de confecções	79.824
- Produção de móveis	18.943
- Outros	137.928
Comércio	1.395.866
- Supermercados e atacadistas	339.793
- Concessionárias e comércio de veículos	175.551
- Comércio de outros produtos químicos	77.754
- Comércio de produtos agropecuários	72.043
- Comércio de medicamentos	52.043
- Comércio de eletroeletrônicos	151.537
- Comércio de roupas e tecidos	29.526
- Comércio de máquinas e equipamentos	110.400
- Empresas - Trading Companies	76.013
- Comércio de derivados de petróleo	74.519
- Comércio de móveis e artigos para decoração	90.996
- Comércio de produtos metalúrgicos	594
- Comércio de materiais para construção	42.755
- Comércio de livros, revistas e jornais	1.695
- Importação e exportação de produtos alimentícios	17.111
- Comércio de calçados e artigos de couro	82
- Comércio de armarinhos em geral	45
- Outros	83.409
Intermediários financeiros	67.216
Outros serviços	2.624.861
- Serviços médicos e odontológicos	189.261
- Serviços técnicos e profissionais	288.863
- Transportes de passageiros e cargas	365.352
- Empresas - Holdings em geral	503.761
- Serviços de utilidade pública	135.687
- Serviços de locação em geral	137.205
- Distribuição de energia	115.473
- Ensino de 1º, 2º grau e superior	49.140
- Serviços de comunicação e diversão	44.555

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2014

	Dez/14
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	85.876
- Associações desportivas	47.558
- Associações e sindicatos	10.026
- Serviços de armazenagem	30.112
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	24.850
- Serviços de hospedagem	5.202
- Cooperativas de produção	21.985
- Serviços metalúrgicos	35.493
- Serviços de telefonia	19.010
- Administração de cartões	13.929
- Serviço de processamento de dados	1.224
- Outros	500.299
Pessoas físicas	1.249.202
Total	<u>9.774.917</u>

(*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 8h1) tiveram como destino a Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do BICBANCO, que concentra as operações às pessoas físicas.

c. Diversificação por prazos - por parcela

	Dez/14	%
Setor Público		
Até 03 meses	33.107	0,34
De 03 meses até 01 ano	97.701	1,00
Acima de 01 ano	44.599	0,46
Vencidos a partir de 15 dias	137	0,00
Setor Privado		
Até 03 meses	3.003.567	30,73
De 03 meses até 01 ano	3.433.290	35,12
Acima de 01 ano	2.706.916	27,69
Vencidos a partir de 15 dias	455.600	4,66
Total	<u>9.774.917</u>	<u>100,00</u>

d. Diversificação por indexador

Tipo de Operação	Dez/14					Total
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	
Operações de Crédito	1.848.741	5.485.082	80.021	1.717.010	4.713	9.135.567
Arrendamento Mercantil	18.602	231.510				250.112
Outros	278.551	88.655	169		21.863	389.238
Total	<u>2.145.894</u>	<u>5.805.247</u>	<u>80.190</u>	<u>1.717.010</u>	<u>26.576</u>	<u>9.774.917</u>

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

e. Distribuição geográfica

	Dez/14	
	R\$	%
Região norte	49.135	0,50
Região nordeste	1.683.413	17,22
Região sudeste	4.848.969	49,61
Região centro-oeste	1.162.032	11,89
Região sul	1.541.028	15,77
Exterior	490.340	5,01
Total	9.774.917	100,00

f. Níveis de concentração de risco

	Dez/14	
	R\$	%
Maior devedor individual	222.248	2,27
10 Maiores devedores	1.141.011	11,67
20 Maiores devedores	1.635.434	16,73
50 Maiores devedores	2.702.376	27,65
100 Maiores devedores	3.837.064	39,25
Maior devedor grupo econômico	319.615	3,27

g. Distribuição dos prazos por carteira - por parcela

g.1 Vencimentos carteira comercial

	Dez/14	
	R\$	%
Até 03 meses	2.098.886	31,10
De 03 meses a 01 ano	2.157.186	31,97
Acima de 01 ano	2.103.233	31,17
Vencidos a partir de 15 dias	388.537	5,76
Total	6.747.842	100,00

g.2 Vencimentos trade finance

	Dez/14	
	R\$	%
Até 03 meses	222.550	24,77
De 03 meses a 01 ano	331.009	36,83
Acima de 01 ano	293.272	32,63
Vencidos a partir de 15 dias	51.836	5,77
Total	898.667	100,00

g.3 Vencimentos crédito pessoal consignado

	Dez/14	
	R\$	%
Até 03 meses	715.238	33,61
De 03 meses a 01 ano	1.042.796	48,99
Acima de 01 ano	355.010	16,68
Vencidos a partir de 15 dias	15.364	0,72
Total	2.128.408	100,00

h. Cessão de crédito

h.1 Cessão de crédito interbancário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” pelo valor presente de R\$ 208.372, e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 201.749. O resultado no montante de R\$ 37.072, será reconhecido na cedente “*pro rata temporis*” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas a aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

h.2 Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I, II e Aberto. Os preços das cessões correspondem aos saldos contábeis dos créditos, que totalizam R\$ 276.666. Consequentemente, não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº. 3.533/08 do BACEN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios”. As operações de crédito cedidas estão sujeitas a aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

h.3 Cessão de crédito para securitizadora de crédito (empresa anteriormente ligada)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve cessão para securitizadora de crédito.

h.4 Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram cedidas operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios no montante de R\$ 31.472 para pessoas jurídicas não integrantes do sistema financeiro nacional (não ligadas), gerando resultado negativo no montante de R\$ 654. Adicionalmente, foram vendidas operações de créditos já baixadas para prejuízo, gerando resultado no valor de R\$ 1.879.

i. Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	Dez/14
Arrendamento a receber	229.440
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(225.450)
Bens arrendados	512.729
Superveniência de depreciação	122.216
Depreciação de bens arrendados	(272.092)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	5.461
Valor residual antecipado	(122.192)
(=) Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>250.112</u>
Adiantamento a fornecedor	<u>-</u>
Total carteira de arrendamento mercantil	<u>250.112</u>

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Movimentação da provisão

A partir de 01 de Setembro de 2014, sob gestão do novo Controlador, a Administração do BICBANCO reavaliou o modelo interno de classificação de clientes e atribuição de ratings e procedeu alterações nas Políticas de Crédito para alcançar um alinhamento às práticas e critérios adotados pelo novo Controlador.

Como indutores da revisão e reavaliação das políticas foram considerados os seguintes aspectos julgados relevantes: a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de ratings de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de ratings, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do rating de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Res. 2682/99 do BACEN.

b. Movimentação da provisão

	Dez/14
Saldo inicial	528.134
Constituição	1.304.823
Reversão	(31.661)
Subtotal	1.801.296
Baixas	(616.376)
Saldo final	<u>1.184.920</u>
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	16.715
Créditos renegociados no período	433.363
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	12,12

c. Composição da provisão por tipo de operação

	Dez/14
Capital de giro e descontos	502.747
Contas garantidas	27.078
Crédito pessoal consignado	22.580
Compror	3.807
Cheque empresarial	2.741
Financiamentos à importação	50.700
Financiamentos à exportação	46.426
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.820
Financiamentos imobiliários e habitacionais	10
Financiamento de máquinas e veículos pesados	11.941
Crédito a pessoas físicas	12.184
Cessões de crédito (Resolução 3.533)	-
Outros	289.588
Operações de crédito	<u>971.622</u>
Fiança honrada	2.488
Devedores por compra de valores e bens	27.080
Títulos e créditos a receber	117.475
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	27.651
Outros créditos	<u>174.694</u>
Operações de arrendamento mercantil	38.604
Total	<u>1.184.920</u>

d. Composição da provisão por níveis de risco

	Dez/14		
	Base de cálculo	Provisão	%
AA	3.380.720		34,59
A	2.353.162	11.766	24,07
B	834.889	8.349	8,54
C	974.945	29.248	9,97
D	545.974	54.597	5,59
E	451.776	135.532	4,62
F	459.331	229.665	4,7
G	194.518	136.161	1,99
H	579.602	579.602	5,93
Total	<u>9.774.917</u>	<u>1.184.920</u>	<u>100,00</u>

10 Carteira de câmbio

	Dez/14
Ativo	
Câmbio comprado a liquidar	1.202.821
Direitos sobre vendas de câmbio	23.603
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(3.723)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	37.937
Total	<u>1.260.638</u>
Passivo	
Câmbio vendido a liquidar	24.803
Importação financiada - câmbio contratado	(2.427)
Obrigações por compras de câmbio	1.049.387
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.028.108)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	3
Total	<u>43.658</u>

11 Outros créditos - diversos

	Dez/14
Adiantamentos e antecipações salariais	1.529
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.348
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao Bacen	3.953
Créditos tributários diferidos (nota 29.a)	1.086.234
Devedores por compra de bens a prazo	156.478
Devedores por depósitos em garantia	229.341
Tributos a compensar e recuperar (*)	96.372
Pagamentos a ressarcir	4.920
Títulos e créditos a receber (**)	249.106
Devedores diversos - país	25.637
Total	<u>1.856.918</u>

(*) Contempla: R\$ 54.970 de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ 401 de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos e R\$ 28.483 de crédito de PIS pelo Decreto-Lei nº 2.445/88 e 2.449/88. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no Estudo Técnico.

(**) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

12 Outros valores e bens

a. Bens não de uso

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

*Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas
Sob Controle Comum dos Controladores
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2014*

	Dez/14
Imóveis	282.922
Veículos e afins	12.220
Máquinas e equipamentos	26.078
Material em estoque	367
Outros	-
Subtotal	<u>321.587</u>
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(76.741)
Total	<u>244.846</u>

b. Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de pré-pagamento ou baixa para perda.

13 Ativo Permanente

a. Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas na Nota Explicativa 15.

b. Imobilizado de uso

	Dez/14				
	Taxas Depr. %	Custo	Provisão para perda	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	3.913	-	-	3.913
Edificações	04	160.362	(10)	(54.845)	105.507
Máquinas e equipamentos de uso	10	18.330	(615)	(8.187)	9.528
Sistema de processamento de dados	20	12.966	(42)	(11.644)	1.280
Sistema de transporte	20	1.383	-	(434)	949
Sistema de comunicação	10	2.199	-	(743)	1.456
Sistema de segurança	10	1.526	(19)	(550)	957
Outras imobilizações em curso		2.159	-	-	2.159
Total		<u>202.838</u>	<u>(686)</u>	<u>(76.403)</u>	<u>125.749</u>

c. Ativos intangíveis

c.1 Classe dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas Sob Controle Comum dos Controladores
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2014

Dez/14				
	Taxas Amortização %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares (*)	20	8.604	(5.689)	2.915
Ágio (**)	10	105.191	(49.628)	55.563
Total		113.795	(55.317)	58.478

c.2 Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dez/13	Adições	Baixas	Dez/14
Softwares (*)	3.340	2.355	(2.780)	2.915
Ágio (**)	63.038	-	(7.475)	55.563
Total	66.378	2.355	(10.255)	58.478

(*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(**) Ágio apurado na aquisição da Sul Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.191. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre BICBANCO e Sul Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

d. Ativo diferido

Dez/14					
	Taxas de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Provisão para perda	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	32.132	(32.132)	-	-
Instalação e adaptação de dependência	20%	11.754	(11.754)	-	-
Perdas em arrendamentos a amortizar	Diversas	9.648	(4.187)	-	5.461
Total	-	53.534	(48.073)	-	-

e. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, que resultou em constituição de provisão para perda no montante de R\$ 686, decorrentes de benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros cujo contrato de aluguel não foi renovado pelo Banco, além de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

14 Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 215.721 e ativos totais de R\$ 928.894. Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

15 Participações em controladas e coligadas no país

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Dez/14						
Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	% participação	Patrimônio líquido	Lucro/prejuízo líquido	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	214.455	(4.836)	(4.836)	214.455
BIC DTVM S.A.	14.223.228	100%	16.922	1.029	1.029	16.921
BIC Informática S.A.	50.000	100%	591	28	28	591
BICBANCO Adm. Cartão de Crédito Ltda	3.670.000	100%	8.242	910	910	8.242
Sul Financeira S.A. CFI (*)	116.405.774	100%	134.840	7.476	7.476	190.402
BrasilFactors	62.931	40%	10.409	(1.711)	(686)	4.162
Total					3.921	434.773

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 55.562, apurado na aquisição da Sul Financeira S.A.

16 Transações com partes relacionadas

a. Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no Consolidado do Conglomerado Prudencial.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

*Banco Industrial e Comercial S.A., Empresas Controladas e
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e Empresas
Sob Controle Comum dos Controladores
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2014*

	Dez/14	
	Ativos / (passivos)	Receitas / (despesas)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.222.401	116.738
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	189.216	24.727
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1.033.185	92.011
Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC	28.896	2.082
BRASILFactors	28.896	2.082
Operações de Cessão de Crédito	485.038	94.347
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	208.372	94.347
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's (nota 8.h2.)	276.666	-
Depósitos à vista	(2.352)	-
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(12)	-
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(509)	-
BIC Informática Ltda. (a)	(4)	-
BIC Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda. (a)	(54)	-
BRASILFactors (a)	(1)	-
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.446)	-
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(326)	-
Depósitos de poupança	-	-
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	-	-
Depósitos a prazo	(136.504)	(18.133)
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(17.984)	(1.676)
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(88.352)	(13.527)
BIC Informática Ltda. (a)	(591)	(65)
BIC Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda. (a)	(23.464)	(2.326)
BRASILFactors (a)	(5.088)	(392)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(1.025)	(147)
Operações compromissadas	(131.808)	(9.327)
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(127.106)	(8.167)
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(4.702)	(1.160)
Debentures	-	(234)
BRASILFactors (a)	-	(234)
LCA	-	(19)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	-	(19)
LCI	(2.693)	(44)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(2.693)	(44)
Swap	(694)	(694)
BRASILFactors (a)	(694)	(694)
Prestação de serviços	-	201
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	-	201

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta
- (b) Controladas e Coligadas - indireta
- (c) Controladores e Pessoal Chave da Administração

a.1 *Dos vencimentos e taxas das operações*

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 104% e as pré-fixadas às taxas médias de 10,99%; as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 11,65% e possuem vencimento em 02 de janeiro de 2015, com lastro superior a cinco anos. As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96,88% do CDI e possuem vencimento final em até 03 anos. Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 106,00% do CDI, diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos. As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h

b. *Remuneração do pessoal-chave da Administração - BICBANCO Prudencial*

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Administradores membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como é definido teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em dinheiro; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição. O BICBANCO efetuou pagamento de remuneração no exercício de 2014 no montante de R\$ 2.402 - relativas ao exercício de 2013, seguindo as disposições da Resolução nº 3.921/10, relativamente a pagamento em dinheiro e pagamento em ações. O efeito contábil está registrado em participações no lucro, de acordo com os limites estatutários.

b.1 *Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria*

	Dez/14
Remuneração fixa	14.593
Remuneração variável	7.536
Outros	1.759
Total	<u>23.888</u>

b.2 *Benefícios pós-emprego*

O BICBANCO não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3 Benefícios de longo prazo

O BICBANCO não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

b.4 Outras informações

Conforme legislação em vigor, o BICBANCO não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelo BICBANCO empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

b.5 Participação acionária

Em 29 de agosto de 2014 foi concluída a operação de aquisição pela CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding), subsidiária do CCB, das ações representativas do controle acionário do Banco Industrial e Comercial S/A - BICBANCO e suas subsidiárias.

Em dezembro de 2014 a Diretoria e Conselheiros possuíam em conjunto a seguinte participação acionária:

Participações Diretas

Ações Ordinárias	0,00%
Ações Preferenciais	0,35%

17 Depósitos

a. Composição por tipo de cliente

Cliente	Dez/14				Total
	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. Poupança	
Pessoas jurídicas	197.605	3.476.158	-	1.814	3.675.577
Pessoas físicas	20.455	225.211	-	11.020	256.686
Investidores institucionais	-	2.305.669	-	-	2.305.669
Instituições financeiras	1.480	31.743	401.990	-	435.213
Total	219.540	6.038.781	401.990	12.834	6.673.145

(*) Do montante de R\$ 6.038.781 de depósito a prazo, R\$ 3.057.356 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

b. Distribuição por prazos de vencimento

Vencimento	Dez/14				
	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	219.540	-	-	12.834	232.374
Até 03 meses	-	1.445.908	71.412	-	1.517.320
De 03 meses a 01 ano	-	2.419.377	166.428	-	2.585.805
De 01 a 03 anos	-	2.171.200	26.064	-	2.197.264
De 03 a 05 anos	-	2.296	-	-	2.296
De 05 a 15 anos	-	-	138.086	-	138.086
Total	219.540	6.038.781	401.990	12.834	6.673.145

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 613.818, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

c. Número de depositantes / investidores

Depositantes/investidores	Dez/14
Depósitos à vista (contas ativas)	5.532
Depósitos de poupança	847
Depósitos a prazo	1.800
Depósitos em moedas estrangeiras	1

d. Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

Depositantes	Dez/14	
	R\$	%
Maior depositante	253.820	4,20
10 Maiores depositantes	1.146.981	19,00
20 Maiores depositantes	1.520.007	25,17
50 Maiores depositantes	2.144.317	35,51
100 Maiores depositantes	2.974.289	49,26

18 Captações no mercado aberto e recursos de letras emitidas

a. Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de julho de 2015 e lastreados por NTN-B com vencimento entre maio de 2015 e setembro de 2020.

b. Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

b.1 Composição por tipo de cliente

Cliente	Dez/14		
	LCA	LF	LCI
Pessoas jurídicas	20.669	23.017	-
Pessoas físicas	254.534	-	237.774
Instituições financeiras	20.033	146.095	44.182
Total	295.236	169.112	281.956

b.2 Distribuição por prazos de vencimento

Cliente	Dez/14		
	LCA	LF	LCI
Até 03 meses	128.658	48.776	62.172
De 03 meses a 01 ano	129.610	49.657	171.062
De 01 a 03 anos	36.968	70.679	48.722
Total	295.236	169.112	281.956

19 Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 4,96% a.a., cujos vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Dez/14	
	R\$	%
Até 03 meses	14.602	1,42
De 03 meses a 01 ano	940.729	91,18
De 01 a 03 anos	76.381	7,40
Total	1.031.712	100,00

20 debêntures - Emissões de não autorizadas

a. BrasilFactors S.A

Em 06 de fevereiro de 2013 a BrasilFactors S.A. (empresa controlada em conjunto), emitiu 10 (dez) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografária, em série 001 BRFA11, relativas à 1ª emissão, no valor de R\$ 10.000, com vencimento para 16 de novembro de 2014 e remuneração correspondente a 115% (cento e quinze por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, calculada e divulgada pela CETIP.

As debêntures foram liquidadas na data de vencimento (16/11/2014).

21 Empréstimos e Repasses do exterior

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses de órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,95% a.a. Os vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Dez/14	
	R\$	%
Até 03 meses	418.560	20,50
De 03 meses a 01 ano	1.466.166	71,82
De 01 a 03 anos	95.981	4,70
De 03 a 05 anos	30.350	1,49
Acima de 05 anos	30.350	1,49
Total	2.041.407	100,00

22 Obrigações por repasses do país

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até setembro 2015 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

23 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	Dez/14
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	15.721
Provisão para Impostos e contribuições sobre lucro	100
Impostos e contribuições a recolher	13.882
Provisão para imposto de renda diferido	38.764
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	625.473
Total	693.940

(*) Referem-se a “obrigações legais e passivos contingentes” (nota 24).

24 Contingências e obrigações legais

O BICBANCO e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b. Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c. Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

c.1 CSLL x Isonomia

Pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido está sendo depositado em juízo.

c.2 COFINS x Lei nº 9.718/98

Pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo.

c.3 PIS x Lei nº 9.718/98

Pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo.

c.4 PIS - Emenda Constitucional nº 10/96

pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

d. Passivos contingentes classificados como perda possível

d.1 Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

- **PIS - Emenda Constitucional nº 17/97** - valor envolvido R\$ 10.427: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar nº 7/70.
- **IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** - valor envolvido R\$ 10.780: pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

- **ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87** - valor envolvido R\$ 16.396: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **PDD / 1994** - valor envolvido R\$ 19.614: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **INSS - Participação nos Lucros dos Administradores** - valor envolvido R\$ 65.650: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10/10/2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do Art. 7º, XI, da Constituição Federal e Art. 28, § 9º, da Lei nº 8.212/1991.
- **INSS - Aviso Prévio Indenizado** - valor envolvido R\$ 1.180: pleiteia afastar a exigência do INSS incidente sobre as verbas pagas aos empregados, a título de Aviso Prévio Indenizado, em face da natureza jurídica de indenização, portanto não sujeita a contribuição para a Seguridade Social prevista no Art. 22º, inciso I, e no Art. 28º, da Lei nº 8.212/1991.

d.2 Processos trabalhistas

O BICBANCO possui 95 processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 17.533. Existem 121 processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 41.618, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 14.412. As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

d.3 Processos cíveis

O BICBANCO possui 2.861 processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 71.908. O BICBANCO possui 614 processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 883.576, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 355.764. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

e. Movimentação das provisões para “obrigações legais” e “passivos contingentes”, classificados como perda provável

Descrição	Dez/13	Adição	Reversão	Utilização	Dez/14
Cíveis	34.837	45.606	(3.814)	(4.721)	71.908
Trabalhistas	13.522	8.865	(463)	(4.391)	17.533
Subtotal	48.359	54.471	(4.277)	(9.112)	89.441
Fiscais e previdenciárias	Dez/13	Adição	Reversão	Atualização	Dez/14
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	110.665	-	-	8.082	118.747
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	11.446	-	-	316	11.762
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	60.860	3.835	(100)	4.705	69.300
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	374.786	24.729	-	30.537	430.052
ISS - Serviços Não Tributados (LC nº 56/87)	947	-	-	488	1.435
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	347	-	(188)	-	159
Subtotal	559.051	28.564	(288)	44.128	631.455
Total	607.410	83.035	(4.565)	35.016	720.896

Para as contingências acima descritas o BICBANCO depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 8.607 - processos Cíveis, R\$ 13.067 - processos Trabalhistas e R\$ 207.594 - processos Fiscais.

25 Outras obrigações - diversas

	Dez/14
Cheques administrativos	1.535
Credores por antecipação de valores residuais	122.193
Obrigações por aquisição de bens e direitos	12.710
Provisão para pagamentos a efetuar	22.341
Provisão para passivos contingentes (a)	89.441
Credores diversos - país	21.667
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao Bacen	25.726
Total	295.613

(a) Refere-se à provisão para processos trabalhistas e cíveis (nota 24e).

26 Captações e empréstimos no exterior

a. Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o Capital de Nível II nos cálculos dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dez/14
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	323.421
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	674.242
LOAN Subordinado	US\$ 32.000	21/06/2010	15/12/2017	52.093	7,31%	86.308
Total - Nível II PR						1.083.971

27 Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

28 Patrimônio Líquido

a. Ações

O capital social do banco aprovado é de R\$ 2.012.810 e está dividido em 252.903.569 ações nominativas, sendo 160.206.833 ordinárias e 92.696.736 preferenciais, sem valor nominal.

Em 22 de abril de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital de R\$ 1.434.206 para R\$ 2.012.810 mil, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação do saldo das reservas de lucros no montante de R\$ 578.604 mil.

b. Ações em tesouraria

A Administração do BICBANCO, por meio das deliberações provenientes das reuniões do Conselho de Administração, autorizou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

1. As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
2. No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.
3. O valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 5,70.

No primeiro semestre 2014, o BICBANCO transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações), de acordo com a Resolução nº 3.921/10, no montante de R\$ 2.402 ao custo médio de 7,82. (Ver nota explicativa 16.b).

A movimentação das ações em Tesouraria pode ser observada conforme abaixo:

Descrição	Dez/14	
	Em R\$ mil	Nº de ações
Recompra de ações (4º programa)	57.507	6.705.706
Pagamento em ações - Resolução nº 3.921/10	(2.402)	(307.188)
Saldo Final em 31/12/2014	55.105	6.398.518

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Em 2014 não foram provisionados ou pagos juros sobre capital próprio.

d. Reservas

- **Reserva legal** - Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social.
- **Reserva estatutária** - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e tem por finalidade reforçar o capital social e de giro do Banco mediante acumulação de lucros remanescentes não distribuídos aos acionistas.

29 Imposto de renda e contribuição social

a. Créditos tributários

o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no BICBANCO - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	Dez/13	Realizações	Adições	Dez/14
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	197.696	(115.591)	312.929	395.034
Provisão para desvalorização de bens não de uso	4.807	(4.374)	18.613	19.046
Provisão para contingências e outras	139.359	(9.687)	40.683	170.355
Subtotal	341.862	(129.652)	372.225	584.435
Prejuízo fiscal				
Subtotal	69.985	(49.910)	91.199	111.274
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	110.343	(69.052)	187.571	228.862
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.883	(2.624)	11.168	11.427
Provisão para contingências e outras	83.616	(5.809)	24.410	102.217
Subtotal	196.842	(77.485)	223.149	342.506
Base negativa da CSLL acumulada				
Subtotal	42.287	(1.467)	55.842	96.662
Total	239.129	(78.952)	278.991	439.168
Total	650.976	(258.514)	742.415	1.134.877

- **Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 14,6% até dezembro de 2014, 26,8% até dezembro de 2015, 21,2% até dezembro de 2016, 6,5% até dezembro de 2017, 29,6% até dezembro de 2018, 0,2% até dezembro de 2019, 0,2% até dezembro de 2020, 0,2% até dezembro de 2021, 0,2% até dezembro de 2022 e 0,5% até dezembro de 2023. Importante ressaltar que o referido estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas da atual Administração do Banco e não considera eventuais alterações na estratégia de negócios do Banco, que poderão ser implementadas após a efetivação da mudança de seu controle acionário, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.355/06, do Banco Central do Brasil. Nesse contexto, o registro contábil dos créditos tributários só pode ser efetuado se comprovada a ocorrência dessa situação em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízos fiscais nos dois últimos exercícios sociais (2012 e 2013), porém a condição de não registro dos créditos tributários estará superada, caso sejam apurados lucros tributáveis a partir do exercício fiscal de

2014, inclusive, ou após a efetivação da mudança do controle acionário descrito na Nota Explicativa n. 1, quando terá início novo ciclo histórico de lucratividade fiscal para períodos de 5 anos, a partir desta data.

A Administração acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado, serão suficientes a suportar a manutenção do registro dos créditos tributários.

- **Valor presente dos créditos tributários** - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 577.197.

b. Passivo diferido

O BICBANCO possui registrado R\$ 7.970 a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que, serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A BIC Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 30.554 a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

Passivo diferido	Dez/13	Realizações	Adições	Dez/14
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	13.933	(36.286)	30.323	7.970
IR sobre Superveniência de depreciação	40.313	(9.914)	155	30.554
Total	54.246	(46.200)	30.478	38.524

c. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dez/14	
	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1244.734)	(1.244.734)
(-) Participações nos lucros	(7.867)	(7.867)
Base de cálculo	(1.252.601)	(1.252.601)
Adições temporárias	1.488.900	1.487.660
Adições permanentes	166.354	158.487
Exclusões	(679.905)	(718.339)
Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2014)	(277.252)	(324.793)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	364.796	372.280
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(28.384)	(9.780)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	59.160	37.707
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	8.874	5.656
Adicional de 10% de IR	5.892	
Impostos correntes	14.766	5.656
Conciliação do resultado		
Impostos correntes	14.766	5.656
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(13.486)	(2.235)
(=) Provisão IR e CSLL (2014)	1.280	3.421
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(372.225)	(223.149)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL)	(91.199)	(55.842)
Realização do crédito tributário (s/ Reversão de adições temporárias)	129.652	77.485
Realização do crédito tributário (s/ Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL)	7.096	1.467
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(326.676)	(200.039)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(325.396)	(196.618)

30 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de operações de crédito

	2ºSemestre 2014	2014
Capital de giro e descontos	472.899	997.900
Contas garantidas	64.410	135.961
Crédito pessoal consignado	43.312	86.419
Comprar	882	2.112
Cheque empresarial	10.790	27.915
Financiamentos à importação	10.181	17.731
Financiamentos à exportação	47.437	91.384
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.966	5.033
Financiamentos imobiliários e habitacionais	124	263
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	37.537	68.082
Resolução 63 - (atual Resolução nº 2.770)	267	618
Vendor	2	346
Crédito a pessoas físicas	13.738	24.457
Outros empréstimos e financiamentos	25.666	44.134
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.399	16.715
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	16.473	4.153
Total	<u>754.083</u>	<u>1.523.223</u>

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2ºSemestre 2014	Dez/14
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	70.644	113.040
Resultado de títulos renda fixa	62.732	152.514
Rendas de aplicações compromissadas	7.555	7.555
Outras operações com títulos e valores mobiliários	2.429	4.609
Variação cambial	(1.262)	(978)
Total	<u>142.098</u>	<u>276.740</u>

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre 2014	2014
Mercado futuro - dólar	(16.212)	(18.258)
Mercado futuro - DI	19.122	14.227
Resultado de compra/venda de opções de ações	(705)	(586)
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	42	53
Swap	(78.992)	(119.643)
Variação cambial - Swap	374.877	261.845
Termo de moedas	(12.466)	(4.577)
Total	<u>285.666</u>	<u>133.061</u>

d. Resultado de câmbio

	2º Semestre 2014	2014
Rendas de operações de câmbio	44.205	76.488
Despesas de operações de câmbio	(1.455)	(3.176)
Variações cambiais	224.879	168.844
Total	<u>267.629</u>	<u>242.156</u>

e. Despesas de captação no mercado

	2º Semestre 2014	Dez/14
Depósitos de poupança	442	934
Títulos e valores mobiliários no exterior	66.252	122.645
Depósitos interfinanceiros	20.206	36.532
Depósitos a prazo	387.827	760.454
Operações compromissadas	12.115	14.066
Despesas de juros sobre debêntures	-	1.326
Despesas de letras do agronegócio - LCA	16.860	30.472
Despesas de letras financeiras - LF	10.020	22.303
Outras	30.696	57.711
Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	278.521	192.515
Total	<u>822.939</u>	<u>1.238.958</u>

f. Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	2º Semestre 2014	2014
Repasses Funcafê / BNDES	4.524	6.024
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	29.398	56.846
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	303.142	205.073
Total	<u>337.064</u>	<u>267.943</u>

g. Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2014	Dez/14
Recuperação de encargos e despesas	1.078	4.523
Rendas de direitos específicos de controladas não sujeitas ao BACEN	848	2.242
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	94	188
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	9.074	17.672
Rendas de aquisição de recebíveis	6.215	18.010
Atualização de depósitos em garantia	3.279	6.697
Reversão de contingências fiscais	-	187
Reversão de provisões operacionais	384	969
Outras rendas operacionais	9.667	13.621
Total	<u>30.639</u>	<u>64.109</u>

h. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2014	Dez/14
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	110	255
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	7.163	24.703
Despesas de obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	1.290	2.616
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	6.569	34.596
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	38.131	47.855
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	19.393	37.802
Comissões crédito consignado	29.985	60.453
Programa de remuneração e retenção de funcionários	11.348	25.672
IOF sobre operações de câmbio próprias	455	2.516
Outras despesas	16.688	33.282
Total	<u>131.132</u>	<u>269.750</u>

i. Despesas de pessoal

	2º Semestre 2014	Dez/14
Salários	70.803	139.220
Benefícios	11.446	22.368
Encargos sociais	25.920	47.928
Honorários da diretoria	5.959	14.665
Outros	644	1.199
Total	<u>114.772</u>	<u>225.380</u>

j. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2014	Dez/14
Despesas de aluguéis e taxas	14.301	28.326
Despesas de comunicações	1.864	4.076
Despesas de manutenção e conservação	3.823	7.613
Despesas de processamento de dados	9.187	17.675
Despesas de promoções e relações públicas	919	2.532
Despesas de propaganda e publicidade	1.534	2.675
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.429	12.888
Despesas de serviços de terceiros	35.317	63.317
Despesas de transportes e viagens	2.021	4.551
Despesas de amortização e depreciação	12.593	29.279
Outras despesas	13.289	24.833
Total	<u>101.277</u>	<u>197.765</u>

k. Despesas tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 36.528.

I. Resultado não operacional

Refere-se a basicamente a baixa de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	2º Semestre 2014	2014
Resultado na alienação de bens	958	(6.654)
Perdas de Capital	(3.494)	(5.159)
Despesa de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	(58.797)	(70.000)
Outros	1.359	1.736
Total	(59.974)	(80.077)

31 Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites de requerimento de Capital ou “Índice de Basileia”, estabelecidos inicialmente pela Resolução nº 2.099/94 do CMN, com alterações introduzidas pelas Resoluções nº s 3.444/07, 3.490/07; e Circulares nº s 3.360/07 e 3.644/13.

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de 4 Resoluções e 15 circulares, conhecido por “Basileia III”, que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas a Resolução nº 4.192/13 que impôs medidas de impacto sobre a metodologia de calculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro/2013, especialmente no tratamento dos créditos tributários e do Capital de Nível II composto no caso do BICBANCO, de dividas subordinadas, conforme detalhadas na nota explicativa nº 26a.

	Basileia III Dez/14
Calculo do Índice de Basileia	
Patrimônio de Referência Nível I	1.160.451
- Capital Principal	1.160.451
Patrimônio de Referência Nível II	764.734
- Divida Subordinada	764.734
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA	1.925.185
Risco de Crédito	1.370.602
Risco de Mercado	8.713
Risco Operacional	170.136
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	1.549.451
Índice de Basileia	13,67%
Índice de Capitalização Nível I	8,24%
Índice de Capitalização Nível II	5,43%

32 Demonstrativo do limite de imobilização

	Dez/14
Limite	962.593
Situação	192.178
Margem	770.415
Índice de imobilização	9,98%

33 Avais e Fianças prestadas

- a. As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 2.472.199 e apresentam a seguinte concentração:

	Dez/14	%
Maior tomador de fiança	143.446	5,80
10 Maiores fianças	716.076	28,97
20 Maiores fianças	1.114.633	45,09
50 Maiores fianças	1.650.211	66,75

- b. As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 5.166 e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº. 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

34 Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos.

Atendendo à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existe política institucional e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais

empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações.

Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios da Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do BICBANCO destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- (i) Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- (ii) Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

(i) Riscos que o banco se expõe

Na condução de suas operações, o BICBANCO está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

1. Risco Externo

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

2. Riscos Financeiros

2.1 Risco de Crédito

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem

como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

2.2 *Risco de Mercado*

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

2.3 *Risco de Liquidez*

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto.

O BICBANCO apresenta no Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, contudo o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 1.046.706 mil, suficientes para a cobertura deste descasamento.

3. *Riscos Não Financeiros*

3.1 *Risco Operacional*

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

3.2 *Risco Socioambiental*

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.

4. *Risco Estratégico*

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

(ii) *Gestão de riscos*

A Política de Gerenciamento de Risco do BICBANCO define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse e o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do BICBANCO. O monitoramento e controle das posições do banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado

Análise de Cenários

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do BICBANCO em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Value-at-risk

O *Value-at-risk* (valor em risco ou VaR) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas.

Back testing

Back testing é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado (P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de *Value-at-risk* nas carteiras.

Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR tanto para a carteira *Trading* quanto para a carteira *Banking*, além de limites específicos destas, quando submetidas a estresse, e compara os diversos fatores de risco aos quais o Banco possa estar exposto. O tipo de limite a ser definido e monitorado será previamente determinado pela área de risco de mercado.

A área de risco de mercado é responsável por garantir que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* é obtido diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos de limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

- **Carteira de Negociação (*trading*):** consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.
- **Carteira *Banking*:** formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação.

O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

Principais Riscos de Mercado Geridos

1. Risco de taxas de juros

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o *spread* desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

2. Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte *em hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

A utilização de derivativos como *swaps* e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

3. *Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)*

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, conseqüentemente, de impacto nos resultados.

4. *Risco de inflação*

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo *hedge* é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com *gaps* mínimos entre ativos e passivos, além de realizar *hedge* de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

Gestão do Risco Operacional

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculada e ajustada segundo a estratégia de atuação e o apetite ao risco determinado para o momento.

Gestão do Risco de Crédito

O BICBANCO possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Ferramentas de rating para avaliação do risco de Crédito

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada *CreditValue-at-risk* (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima

esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% (100%-99%=1%), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%.

Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo BICBANCO com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de default aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

A escala de risco é representada por uma escala numérica de 01 a 22 (1=menor risco e 22=maior risco), agrupa as empresas em classes homogêneas de risco, Indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de inadimplência. A escala adotada apresenta 19 classes ativas e 03 indicativas de default e a indicação da probabilidade de inadimplência associada a cada classe de risco, que oferece a medida objetiva do grau de risco.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

35 Outras Informações

- a. O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Dez/14
Operacional	
Comercial	196
Captação	6
Subtotal	202
Suporte e Controle	
Administrativo	336
Jurídico/Auditoria	26
Controladoria	94
Informática	112
Outros	1
Subtotal	569
Total	771

b. Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O BICBANCO é tomador de garantias junto aos organismos internacionais IDB (*Inter-American Development Bank*), IFC (*International Finance Corporation*) e devedor por empréstimos obtidos junto ao IIC (*Inter-American Investment Corporation*), IDB (*Inter-American Development Bank*) e IFC (*Internacional Finance Corporation*), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft Mbh*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e trimestralmente aferidos pelos credores mencionados.

Abaixo uma seleção dos principais índices comuns à maioria dos contratos referidos.

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre “PR”	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≥ 80%
“PR” sobre total de ativos	≥ 6%
Créditos em atraso sobre Operações de Crédito	≤ 6%
Provisão Dev. Duvidosos sobre Créditos em Atraso	≥ 100%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Créditos E-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 13%
Maior devedor sobre “PR”	≤ 20%
10 maiores devedores de um décimo do PR, sobre “PR”	≤ 350%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 75%
Exposição Cambial por moeda sobre “PR”	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre “PR”	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0
Índice (%) de Gap de liquidez de 90 dias, sobre “PR”	> 0
Índice de risco de taxa de juros sobre “PR”	[-10% ; 10%]
Índice agregado de risco de taxa de juros sobre “PR”	[-20% ; 20%]
Gap de vencimento negativo por moeda sobre “PR”	≥ -250%

c. Benefícios pós-emprego a empregados

O BICBANCO não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

d. Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

e. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Dez/14
Disponibilidades	175.098
Aplicações no mercado aberto	22.842
Aplicações em depósitos interfinanceiros	50.324
Aplicações em moedas estrangeiras	39.201
Total	<u>287.465</u>

f. Contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps vinculados a Ações preferenciais do Banco

Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de maio de 2012, foi informado aos acionistas e ao mercado em geral que o BICBANCO celebrou contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps, com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A, no valor total de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com prazo de até dois anos, equivalentes, de um lado à variação das ações preferencias - BICB4 e de outro lado, contra uma taxa equivalente à variação do CDI acrescida de uma taxa prefixada. Na data do balanço o prêmio do Swap a pagar representa montante de R\$ 750. O valor de referência dessas operações em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 26.249.

g. Alterações decorrentes da MP nº 627/13

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e;
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.
- A referida lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.